

João Leal

**ANTROPOLOGIA EM PORTUGAL:
MESTRES, PERCURSOS, TRADIÇÕES**
Lisboa, Livros Horizonte, 2006,
215 páginas.

Na sequência de *Etnografias Portuguesas* (2000), João Leal afirma-se neste livro como o grande estudioso contemporâneo sobre a história da antropologia portuguesa desde os finais do século XIX até ao presente.

O livro (organizado a partir de artigos publicados anteriormente, quer como textos avulsos quer como introduções e prefácios a reedições de obras dos etnógrafos dos finais do século XIX e início do XX) retoma debates sobre os vários autores e seus objectos de estudo, com as temáticas e metodologias específicas do percurso da disciplina. Se em *Etnografias Portuguesas* o autor traça o quadro cronológico da história da etnografia portuguesa, desde os finais do século XIX até aos anos 70 do século XX, juntando temas ligados à própria ideia de “evolução” da disciplina, nesta segunda obra também três partes diferentes correspondem a três subtemáticas, nomeadamente “mestres”, “percurso” e “transições”.

O mote é dado na primeira parte que, retomando uma expressão de Jorge Dias no seu “Bosquejo histórico da Etnografia Portuguesa”, se debruça sobre os grandes “mestres” – etnógrafos como Consiglieri

Pedroso, Adolfo Coelho, Teófilo Braga e Leite de Vasconcellos – realçando facetas que, se bem que apontadas em *EP*, são agora desenvolvidas.

Por exemplo, o ensaio inicial sobre Consiglieri Pedroso começa com a contextualização histórica deste período (referido por Jorge Dias como “filológico-positivista”) como uma época decisiva na história da disciplina, que transforma o interesse romântico pela cultura popular num esforço sistematizado e com orientação científica.

O mesmo fio condutor é utilizado ao abordar as obras de outros dois “mestres” – Adolfo Coelho e José Leite de Vasconcellos. Deste modo, nestes três ensaios, para além de resumir e analisar os temas estudados por cada uma destas figuras tutelares, Leal preocupa-se em contextualizar tais produções, quer em termos do quadro dos temas gerais privilegiados pela etnografia europeia da época, quer das influências teóricas subjacentes, que assim terão dirigido os trabalhos dos etnógrafos portugueses.

Leal salienta a abertura de A. Coelho aos estudos de terreno e às preocupações com a identidade e decadência nacional, ao mesmo tempo que aponta as influências do difusionismo e sublinha as dispersões teóricas presentes, tal como a mitologia comparada e o evolucionismo, e ainda o modo como este estudioso se debruçou sobre o tema da cultura popular e da educação, reflectindo

sobre as várias facetas dos seus textos, tais como “A pedagogia do povo português”.

Retoma assim a discussão do que ele considera temas essenciais na produção etnográfica portuguesa dos finais do século XIX e início do século XX – a literatura e mitologias populares e a preocupação com a identidade nacional e a etnogenia –, ideia que corrobora nas linhas escritas sobre Teófilo Braga.

Em relação a Leite de Vasconcellos, Leal passa em revista o seu percurso, marcado pelo que denomina “um vaivém entre a etnografia e a arqueologia”, que insere no quadro geral da proximidade entre as duas disciplinas na segunda metade do século XIX. Considerando *Tradições Populares de Portugal* como uma das “mais importantes recolhas de tradições populares da antropologia portuguesa oitocentista”, analisa essa oscilação entre a etnografia e a arqueologia, referindo a criação do Museu Etnográfico Português e a fundação da revista *O Arqueólogo Português*, que mostram, sobretudo a partir de 1895, o comprometimento de Leite de Vasconcellos com a arqueologia (quer no plano institucional, quer no plano científico), patente nos três volumes de *Religiões da Lusitânia*, que Leal considera a sua obra fundamental no domínio da arqueologia.

Traçando o percurso de Vasconcellos, Leal refere ainda como, no final dos anos 20, as suas prioridades sofrem de novo uma reviravolta e a par de textos sobre arte popular surgem textos de etnografia comparativa, focando temas como os amuletos populares (*signum solomonis*, figa e a barba) e, finalmente, a publicação de *Etnografia Portuguesa*, que pretendia ser um compêndio de síntese etnográfica sobre a cultura popular portuguesa, intenção essa interrompida pela morte do autor.

Nesta conexão constante entre o passado e o presente, Leal enfatiza a figura dos Lusitanos e a importância que Leite de Vasconcellos dava à análise da cultura popular à luz desse fundo lusitano matricial da nação, um espaço

cronológico delimitado entre a pré-história e a fundação da nacionalidade, em que a sucessão de povos teria moldado a cultura tradicional portuguesa (p. 69).

Leal liga ainda os textos sobre amuletos, signo saimão e figa às preocupações étnico-genealógicas do seu autor, como representantes do “projecto subjacente ao diálogo entre etnografia e arqueologia em L. de Vasconcellos”, salientando como a etnografia portuguesa acabou por assumir um declínio, em detrimento das preocupações mais interpretativas ligadas à exploração das raízes etnogenéticas da cultura portuguesa.

A respeito das preocupações folcloristas de L. de Vasconcellos no texto sobre a barba, e referindo outras figuras da etnografia portuguesa da “celebração do popular” – discípulos de L. V. como Luís Chaves, F. C. Pires de Lima, Cláudio Basto e Virgílio Correia – demonstra como L. de Vasconcellos procede a um tratamento do tema de um prisma comparativo, utilizando a etnografia e a história. Ao propor a leitura destes três ensaios não apenas como documentos relevantes para o entendimento do percurso científico do seu autor e da antropologia da época, mas também como textos com elementos informativos e sugestões de análise interessantes (p. 77), Leal realça e relembra-nos a actualidade e pertinência destes textos de Vasconcellos.

Na segunda parte, intitulada “Percursos”, a intenção é agrupar uma série de ensaios que exploram temáticas importantes no desenvolvimento da antropologia portuguesa, quer problematizando a relação entre identidade nacional e antropologia, quer analisando temas ligados ao que Leal denomina “etnografia espontânea”.

Assim, após uma primeira incursão nas teorias evolucionistas sobre a família e os ecos do debate das mesmas (nomeadamente nos textos de C. Pedroso já referidos), Leal menciona ainda como os textos de T. Braga e de Oliveira Martins espelham a influência de Maine e de Foustel de Colanges.

No capítulo “Imagens contrastadas do povo”, Leal mostra como o discurso afirmativo, de confiança romântica na nação, e um contorno pessimista sobre a decadência nacional, sobretudo com Adolfo Coelho e Rocha Peixoto, perduraram na segunda metade do século XIX, o primeiro ligado a uma imagem positiva e romântica da cultura popular, o segundo a uma imagem negativizada do povo. Para Leal, tais discursos mostram como a antropologia portuguesa da época oscilou entre os imperativos românticos de fornecer uma identidade à nação e a tendência inversa, de olhar a sua desconstrução e declínio.

É ainda sob este signo de influências teóricas e preocupações, que se balanceiam entre a defesa da identidade nacional e a sistematização da diversidade e riqueza cultural do país, que o ensaio seguinte se centra. Reflectindo sobre as discrepâncias entre duas tradições antropológicas no mundo ocidental – a “antropologia de construção de império” dos países desenvolvidos da Europa e da América e a “antropologia de construção da nação” dos países periféricos da Europa – Leal lembra que, em Portugal, apesar da existência de um império colonial, a antropologia se desenvolveu a partir do segundo modelo, centrado sobre a problemática da identidade nacional. As razões para tal prendem-se com a fraqueza do colonialismo português e o modo como as questões relacionadas com a identidade nacional ocuparam a vida intelectual portuguesa nos últimos 150 anos, nomeadamente o que Leal denomina, a partir de Eduardo Lourenço, “a fragilidade ôntica da nação”. A percepção de Portugal como país problemático teria levado “à necessidade de reforçar o discurso sobre a identidade nacional de raiz cívico-territorial (...), com argumentos etnogenealógicos susceptíveis de conferir maior espessura a uma existência nacional fragilizada” (p. 113).

Leal analisa aqui, à semelhança do que faz em *EP*, os quatro períodos segundo ele determinantes na antropologia portuguesa entre 1870 e 1970 (1870-1880; 1890-1900; 1910-1920; 1930-1970), mostrando como a cada um destes períodos corresponde uma linha de força, em que, no primeiro, Portugal é visto como produto de originalidades étnicas presentes na literatura e nas tradições populares; no segundo descobre-se a diversidade interna do país; e, no terceiro, a implantação da República e o optimismo sobre o destino nacional moldam uma etnografia nacionalista de carácter folclorizante estruturada em torno da arte popular. Por último, mostra como, no quarto momento, a figura de Jorge Dias e da sua equipa – Margot Dias, Fernando Galhano, Ernesto Veiga de Oliveira e Benjamim Pereira – se impôs no panorama da antropologia portuguesa, através das monografias sobre comunidades do Norte, dos ensaios sobre a cultura popular e, sobretudo, em termos de uma “etnografia de urgência”, no estudo da cultura material e das tecnologias tradicionais, animada pela preocupação em traçar um retrato da diversidade e riqueza cultural do país.

No final deste capítulo, a propósito do período a partir de 1890, em que a arte popular é recuperada pelos estudiosos, Leal menciona figuras esquecidas do campo da etnografia na sua ligação a esta área, como Joaquim Vasconcelos, Virgílio Correia e Ernesto de Sousa, salientando, no primeiro, o seu trabalho de nacionalização da arte popular ligado a uma noção de urgência de salvaguardar o que rapidamente se perderia; em Virgílio Correia, a sua perspectiva pastoral de encantamento com a arte pastoral e as indústrias caseiras; em Ernesto de Sousa, a sua forma de questionar o gosto do Estado Novo e o modo como desenvolveu a equação entre arte ingénuo, primitivismo e modernismo, e tornou conhecidas figuras como Franklin e outros artistas populares.

Leal termina esta secção de uma forma bastante criativa, imaginando como estes três personagens ficariam encantados se pudessem visitar as feiras de artesanato actuais e como Joaquim de Vasconcelos se entusiasmaria com o renascimento da estatuária de granito, Virgílio Correia com as miniaturas de Estremoz, das irmãs Flores, e Ernesto de Sousa conversaria com as netas de Rosa Ramalho e de Mistério.

Na terceira e derradeira parte do livro, “Transições”, agrupam-se ensaios sobre a nova antropologia que surge em Portugal a partir da década de 60, sobretudo com o aparecimento de olhares de fora, de antropólogos estrangeiros que trazem novas perspectivas e destronam a “articulação estruturante entre antropologia e identidade nacional”. Assim, o tema da perspectiva pastoral versus contrapastoral surge a propósito de três grandes figuras da etnologia mais recente, a partir dos anos 50 do século XX, com Orlando Ribeiro, Jorge Dias e José Cutileiro. Embora salientando as diferenças entre eles— nomeadamente o facto de Orlando Ribeiro ser geógrafo humano e apaixonado pelo Sul e Jorge Dias ser antropólogo e encantado com o Norte — Leal equaciona as perspectivas destes dois autores de uma visão pastoral do país e da vida das pessoas, uma espécie de idealismo cego em que apenas as vertentes positivas são salientadas. Ao contrário, o trabalho de José Cutileiro é nomeado por ter por trás uma visão contrapastoral, na medida em que se centra na luta de classes e poderes no Alentejo rural nos anos finais do regime salazarista e consegue uma aproximação realista a esta situação.

As premissas básicas que enformam este capítulo são continuadas no seguinte, em que se debatem as novas formas de fazer antropologia em Portugal que surgem a partir da década de 60, com os primeiros esforços no sentido da criação de uma “anthropology of empire building”, os estudos de Jorge Dias

entre os Macondes de Moçambique, a criação do curso de antropologia no ISCSPU e o projecto do Museu de Etnologia. Grande parte dessa inovação deve-se a antropólogos estrangeiros: Leal enfatiza o modo como os trabalhos de Collette Callier-Boisvert sobre as mulheres e a emigração na serra minhota, e os de Joyce Riegelhaupt sobre anticlericalismo na região saloia trouxeram uma lufada de ar fresco e um novo olhar sobre o país. Retoma também o estudo de Cutileiro que, apesar de português, contribuiu com a visão do funcionalismo britânico para a disciplina, dando conta de uma situação social marcada pela desigualdade e pelo conflito.

João Leal tem o dom de juntar níveis de análise e temáticas diferentes (autores, métodos, objectos, influências teóricas) e de dar uma elucidativa visão de conjunto do panorama da etnologia portuguesa nos períodos realmente relevantes para a construção da disciplina, entre os finais dos séculos XIX e XX, coincidentes com épocas de acelerada mudança histórica, política e social do país. A sua originalidade, para além de todo o trabalho de estudo das obras clássicas que está patente, prende-se com o modo como, de uma forma reflectida e crítica, Leal aponta como os primeiros antropólogos portugueses estabeleceram diálogos com as teorias antropológicas internacionais, conduzindo-nos através de um percurso que mostra as “pequenas guerras culturais” da construção da identidade nacional e da própria disciplina. Esta é, sem dúvida, uma obra de referência para qualquer estudioso da antropologia portuguesa, do modo como ela se moldou e simultaneamente influenciou um país em transformação, permitindo o alargamento de perspectivas e de âmbitos de análise de que a disciplina usufrui presentemente.

Clara Saraiva

Instituto de Investigação Científica Tropical e Universidade Nova de Lisboa